



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1057

A participação brasileira na ONU: O caso da III Assembleia Geral nas páginas do Jornal do Brasil (1948)

Jonathan Marcel Scholz
(mestre em história - UEM)

Com a fundação oficial da Organização das Nações Unidas (ONU) em Outubro de 1945, abriu-se um novo espaço de discussão internacional para mediar as questões relacionadas à segurança e à paz mundial. Com tal órgão, o Brasil intensificou e expandiu suas relações internacionais, sobretudo com alguns países do Ocidente (e, em especial, os Estados Unidos), num primeiro momento da guerra fria. A partir dessa ideia preliminar, sugere-se para a presente comunicação oral analisar a participação brasileira dentro da ONU, particularmente na III Assembleia Geral da ONU, realizada em 1948 na capital da França, Paris. Através da compilação dos discursos, notícias e entrevistas publicadas pelo *Jornal do Brasil* durante o evento destacado, investiga-se a atuação dos delegados e participantes brasileiros nas discussões (como, por exemplo, sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a entrada de novos membros na ONU, a internacionalização de Jerusalém, a resolução do conflito na Palestina e em outros países, etc.) elencadas nos comitês político, econômico e social, procurando, por meio dos discursos, intervenções e debates realizados, investigar os posicionamentos políticos e ideológicos defendidos e, que de algum modo, representavam os interesses e posturas tanto do *Jornal do Brasil* como do governo brasileiro, à época dirigido por Eurico Gaspar Dutra (PSD).

Palavras-chave: Brasil; Organização das Nações Unidas; III Assembleia Geral da ONU (1948); guerra fria.

Introdução/justificativa:

Com o final da Segunda Guerra Mundial em meados de 1945¹, foi fundada oficialmente em 24 de outubro daquele ano, após a ratificação da Carta das Nações Unidas (lançada na Conferência de São Francisco (EUA), que ocorreu entre os meses de abril e junho do ano corrente) pelos principais países-membros, a Organização das Nações Unidas (ONU).

¹No front europeu, a guerra encerrou-se no início do mês de maio; enquanto isso, na Ásia, o conflito desdobrou-se até o mês de setembro do ano corrente.

Visando principalmente salvaguardar a paz e a segurança mundial, o estabelecimento da ONU foi uma das consequências diretas, e, talvez, dialéticas, do segundo conflito mundial. Composta inicialmente por 51 países-membros, a instituição abriu um novo e importante espaço para as relações internacionais e diplomáticas entre os países, estimulando propostas e políticas – que inevitavelmente geram debates, rivalidades e pressões - para tentar, na medida do possível, manter um bem-estar e possibilidades reais de diálogo entre as nações num momento de expansão da guerra fria.

Nesse contexto, deve-se lembrar de que o Brasil, colaborando militarmente com os aliados no conflito mundial, foi um dos signatários da Carta das Nações Unidas e, por consequência, um dos membros fundadores da ONU. Ou seja, mesmo sem o protagonismo dos eventos contemporâneos, o Brasil tentava se colocar significativamente no panorama internacional, participando de importantes resoluções no pós-guerra, como na criação da ONU. O país, através de seus representantes governamentais e diplomáticos, não ficava alheio e distante dos novos debates do pós-guerra.

Nesse assunto, Mello e Silva (1998, p.139-158) recorda que desde a Liga das Nações, o Brasil vinha tentando, sem sucesso, ocupar um lugar de destaque dentro das organizações internacionais. Com a criação da ONU, o país logo se candidatara a um posto de membro permanente no Conselho de Segurança:

Agora, esta [postulação] se fundamenta na natureza e extensão da participação política, econômica e militar brasileira no esforço de guerra aliado – que envolvera, inclusive, o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB); na noção de uma "aliança especial" com os EUA e, ainda, na crença de que o país tinha um importante papel a desempenhar nas conversações de paz e na reorganização do sistema internacional no pós-guerra. Persistia, também, a crença de que o país seria "especial" dentro da América do Sul, demandando, portanto, tratamento diferenciado.

Com isso, apesar dos recorrentes fracassos da diplomacia brasileira, o estabelecimento da ONU possibilitou que países, como o Brasil, que não eram potências e protagonistas principais da guerra fria, desenvolvessem novas relações internacionais e explorassem minimamente novas potencialidades diplomáticas, mesmo que estivessem, como era o nosso caso, submetidos fortemente à influência estadunidense, especialmente no governo do General Eurico Gaspar Dutra. É o que

se percebe, em certa medida, na III Assembleia Geral da ONU, realizada na capital francesa, Paris, em 1948.

Desse modo, tendo em vista que a III Assembleia Geral da ONU promoveu intensos debates e importantes regulamentações para as relações internacionais (como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, por exemplo), torna-se fundamental analisar a participação brasileira, através da compilação de discursos, notícias, artigos e comentários jornalísticos, nos diversos trabalhos desenvolvidos na referida conferência da ONU.

Objetivos:

O objetivo principal do trabalho é analisar a participação da delegação brasileira nas resoluções e debates instalados nos diversos comitês e instâncias da III Assembleia Geral da ONU, realizada em Paris, durante o ano de 1948, por meio das notícias, artigos, comentários e transcrições de debates publicados (tomados enquanto fontes), publicadas entre setembro e dezembro do referido ano, pelo periódico do Rio de Janeiro intitulado *Jornal do Brasil*.

Em segundo lugar, concomitantemente, torna-se importante verificar o *lócus* de emergência destas notícias, pensando na influência jornalística desempenhada nas relações políticas do país (que considera o jornal em questão como da “grande imprensa”) e investigando os aspectos ideológicos que norteavam a produção e a publicação do material jornalístico.

Resultados;

Entre setembro e dezembro de 1948, o *Jornal do Brasil* deu muito espaço para as atividades da ONU e noticiou intensamente os desdobramentos da III Assembleia Geral. Deve-se ressaltar que o jornal não se restringiu a publicar notícias e informações das agências internacionais, mas sim, elaborou, através de seus jornalistas e comentaristas, muitas análises próprias sobre a ONU e a participação brasileira no evento internacional.

Para se ter uma ideia mais concreta da repercussão das notícias, artigos e comentários envolvendo a ONU e a participação brasileira no evento do órgão internacional, realizou-se um levantamento da quantidade de notícias relacionadas a tais temas que foram publicadas no periódico em questão. Antes da conferência da ONU, ou seja, de janeiro a agosto de 1948, o órgão internacional (e suas instâncias) apareceu aproximadamente (média de) 25 vezes mensalmente no jornal (no total de 202 vezes). De setembro a dezembro, a ONU foi o foco de notícias e comentários em 311 oportunidades, quer dizer, aproximadamente 77 vezes por mês. O número mais que triplicou. Ou seja, esse é um forte indício da importância dada e assumida pelo jornal para a III Assembleia Geral.

Sendo assim, deve-se atentar que ao possuir uma materialidade específica (aparência física, formatos, conteúdos, publicidade, etc.) e eleger determinados assuntos como dignos da recepção do público, a imprensa periódica tem a sua própria dinâmica de selecionar, estruturar, ordenar e narrar (DE LUCA, 2008, p. 139). Vale dizer que o próprio jornalista, sempre inserido num projeto coletivo, é responsável por realizar uma mediação entre o veículo de comunicação e a sociedade civil. No entanto, deve-se considerar que além de estarem subordinados às demandas políticas que, não raro, os proprietários de jornais representam (DE LUCA, 2008, p. 124), as próprias opiniões e interpretações dos jornalistas são imbuídas de paixões, motivações morais, interesses e, inclusive, desinteresses (JEANNENEY, 2003, p. 222). Quer dizer, são pré-conceitos que influenciam diretamente no desenvolvimento do produto jornalístico.

Com todo esse espaço durante os quatro meses finais de 1948, a participação brasileira na III Assembleia Geral da ONU também ganhou destaque nas páginas do Jornal do Brasil. No início de setembro, por exemplo, o periódico divulgou muitas vezes, com destaque, a relação dos nomes da delegação brasileira (JORNAL DO BRASIL, 02/09/48, p. 5), fotos do embarque dos participantes brasileiros para o evento (JORNAL DO BRASIL, 05/09/48, p. 6) ou, ainda, a discussão no senado federal (JORNAL DO BRASIL, 29/09/48, p. 5) que aprovou a nomeação dos delegados para a Assembleia da ONU.

Em 29 de setembro de 1948, um artigo sem autoria, intitulado “A força moral do Brasil”, explicitava e revelava a importância do evento para o governo brasileiro e

para a equipe que comandava o Jornal do Brasil. Ao iniciar o texto, dizia-se que “O Brasil assumiu posição de sereno equilíbrio que constitui a tradicional força moral de sua política externa” (JORNAL DO BRASIL, 29/09/48, p. 5). Porém, essa serenidade e equilíbrio vendidos pelo órgão de imprensa - forjando uma noção que soma adjetivos positivos e uma ideia de uma suposta neutralidade ou imparcialidade - se diluíam quando se enfatizava, adiante, que “O Brasil foi um dos mais ferventes propugnadores da coalizão das democracias contra a invadente ação dos imperialismos totalitários[...]”(JORNAL DO BRASIL, 29/09/48, p. 5).

Ao afirmar que o país foi “fervente” defensor da democracia no conflito mundial contra a atuação de nazistas e fascistas, todo o equilíbrio moral e a serenidade de sua política externa são, de certa forma, contestados, pois tal atuação marca uma posição bem definida, demonstra que o governo brasileiro tem interesses e luta energicamente por certos princípios e ideologias, no caso, a democracia. Deve-se reiterar que além do conceito de democracia ter sido recuperado e alavancado no pós-guerra, sobretudo no Ocidente, o próprio Brasil, vivendo uma experiência democrática desde fins de 1945, incorporou, com a ajuda da “grande mídia”, o vocabulário democrático em sua linguagem. A palavra democracia ganhou espaço e invadiu os noticiários impressos.

Por fim, os recorrentes elogios estabelecidos para o Chanceler brasileiro Raul Fernandes, demonstram, no mínimo, que o jornal apoiava e estava de acordo com a política externa empreendida pelo governo brasileiro. Tal apoio nunca é ocasional. Nesse caso, devemos atentar que o periódico, inserido em um contexto sociopolítico, nunca está imune a influências políticas e econômicas. Ou seja, em grande parte das vezes, o periódico que é comandado e coordenado por um grupo empresarial que, além de possuir interesses específicos, visa o lucro. Analisando a mídia, Jeanneney (2003, p. 219) diz que a primeira abordagem que se deve proceder “[...] consiste em estudar, no tocante à imprensa escrita, o dinheiro mais ou menos oculto que a irriga. Todas as migalhas que pudermos arrancar do mistério das finanças da imprensa são preciosas”.

Ainda no dia 29 de setembro de 1948, na página 7 o Jornal do Brasil ressaltava sua posição publicando uma entrevista do Chanceler Raul Fernandes concedida à agência internacional United Press. Destacando várias proposições,

Fernandes adentrava em questões-chaves do que seria, na teoria, a possível postura da política externa brasileira na III Assembleia Geral. Nesse meio, argumenta, por exemplo:

Há muito tempo o Brasil deseja sinceramente receber a Itália no seio das Nações Unidas porque ela preenche, como em geral se admite, as estipulações da Carta. A Itália está em paz com todo o mundo e ela desempenha um papel bem importante na história da nossa civilização (JORNAL DO BRASIL, 29/09/48 p. 7).

Demonstrando, no viés discursivo, um alinhamento político do Brasil em relação à questão da adesão da Itália na ONU, Fernandes não rompe, de certo modo, com a postura adotada pelas potências ocidentais, já que a entrada da Itália no órgão internacional era defendida pelos delegados dos Estados Unidos, França e Inglaterra. A Rússia e os satélites soviéticos eram contra a entrada da Itália, da Espanha e de outros países na ONU. Com isso, nota-se que a influência estadunidense se fazia sentir no posicionamento brasileiro na referida questão.

Em contrapartida, em outra resposta, Fernandes declara:

O Brasil não permite e nunca permitirá um “bloco”, o qual, dentro da Organização das Nações Unidas, possa impor considerações de natureza política sobre a liberdade de ação dos delegados, seja dentro da conformação geográfica ou de outra qualquer (JORNAL DO BRASIL, 29/09/48 p. 7).

Ou seja, para evitar as acusações de que o Brasil nas atividades da III Assembleia Geral fosse submetido à influência e interferência dos Estados Unidos e do bloco ocidental, de uma maneira geral, o Chanceler brasileiro ressalta que não permitia e não apoiaria a existência de blocos na ONU. A resposta vinha também em relação à existência de um possível e suposto bloco latino-americano, o qual estaria afinado com os Estados Unidos e o Brasil comporia. Fernandes propugnava, assim, pelo menos no nível discursivo, a autonomia e a isonomia das delegações participantes do evento.

Em outro momento, em 15 de novembro de 1948, a delegação brasileira vivenciou um episódio emblemático durante um dos debates realizados no evento da ONU. Durante as discussões da 1ª Comissão Política e de Segurança, ocorreu um acirrado debate entre o embaixador brasileiro, João Carlos Muniz, e o delegado

soviético chamado Vishinsky. Trocando inúmeras acusações, Vishinsky discursou durante 2 horas e “ridicularizou” o trabalho da comissão especial da ONU para os Balcãs (UNSCOB) (que acusava a Iugoslávia, Bulgária e Albânia de fornecer guerrilheiros para a luta na Grécia). João Carlos Muniz defendeu o trabalho da comissão especial para os Balcãs (UNSCOB):

[...] assinalando que o caso grego era um reflexo da guerra política desencadeada pelo comunismo internacional aos diversos países para dominar o mundo. Disse que, na Grécia, não podendo agir pela persuasão, o partido comunista não hesitara em recorrer às armas para apoderar-se do poder. Acentuou que o Brasil participara ativamente da Comissão de Inquérito do Conselho de Segurança e da UNSCOB com o intuito de ver solucionado pacificamente o caso grego e respeitado o princípio da independência política e da integridade territorial dos Estados (JORNAL DO BRASIL, 15/11/48, p. 7).

Nota-se claramente, nesse trecho, o posicionamento ideológico do governo do Brasil e, conseqüentemente, do delegado brasileiro. João Carlos Muniz não hesita em responder que o comunismo praticado pelos soviéticos é o responsável pelas conflagrações na Grécia. Aliás, o embaixador brasileiro ressalta, na oportunidade, que o comunismo internacional desencadeia guerras políticas para dominar o mundo. Mais uma vez, fica evidente, que o Brasil, de fato, está perfilado aos ditames estadunidenses.

Da mesma maneira, deve-se compreender que a repercussão dada pelo Jornal do Brasil à participação brasileira na III Assembleia Geral da ONU era importante e conveniente para o periódico, pois ele, de um modo geral, representava uma elite carioca que era especialista em denunciar os perigos do comunismo nacional e internacional. Diariamente, muitas vezes estampando manchetes e matérias de capa, o jornal da então capital federal, divulgava artigos, matérias e as notícias mais diversas condenando as atividades comunistas, repugnando a Rússia, sua ideologia e seus supostos perigos.

Em todo caso, ao longo do mês de novembro, o Jornal do Brasil ainda noticiou significativas participações da delegação brasileira nas diversas instâncias da III Assembleia Geral. Informou-se, por exemplo, no dia 24, a eleição brasileira para o comitê de territórios não-autônomos (JORNAL DO BRASIL, 24/11/48, p. 6) e a defesa brasileira para a criação de centro internacional para o ensino de administração pública (JORNAL DO BRASIL, 24/11/48, p. 7); no dia 25, publicou-se

o depoimento de um delegado brasileiro que defendia a admissão de Portugal e Itália na ONU (JORNAL DO BRASIL, 25/11/48, p. 9) e, no dia 26, o jornal divulgava que um dos representantes brasileiros, em depoimento, apoiava internacionalização de Jerusalém (JORNAL DO BRASIL, 25/11/48, p. 9).

No início de dezembro, cabe destacar a cobertura do Jornal do Brasil em relação à participação brasileira em dois importantes debates da III Assembleia Geral da ONU, acerca da questão da redução de armamentos bélicos e sobre o direito de asilo e o problema imigratório. No primeiro tema, o senador Artur Bernardes Filho afirmou:

“[...] embora pudesse parecer que a questão dissesse respeito mais de perto às grandes potências, ninguém poderia negar que qualquer medida tendente a afastar o perigo da guerra tivesse um interesse geral que abrangia as nações menores, as primeiras vítimas dos conflitos internacionais. (JORNAL DO BRASIL, 01/12/48, p. 9)

Quer dizer, Bernardes Filho entra no debate de um tema complicado, pois trata particularmente do interesse político, econômico e militar das grandes potências e, em especial, dos países ligados diretamente à guerra fria (Estados Unidos e Rússia). Adotando, a princípio, um posicionamento equilibrado, que defendia o interesse dos países menores e dos chamados “neutros” e que indiretamente cobrava das grandes potências atitudes para evitarem novas guerras, o parlamentar brasileiro acaba votando na proposta estadunidense e criticando a proposta soviética. Na ocasião, o jornal mencionou que o senador “Criticou a proposta soviética por sua falta de objetividade e realismo mostrando a impossibilidade pô-la em prática e a injustiça que a sua adoção representaria para um número de países. Apoiou a proposta da maioria, a única que parecia exequível [...]”.

No segundo tema, o Dr. Austregésilo de Athayde, jornalista e professor, teve importante participação. De modo geral, ele defendeu enfaticamente o direito de asilo, argumentou sobre sua prática na América Latina e afirmou que o mesmo deveria ser alvo de debate na Convenção sobre os direitos do homem. Vale observar também que tal membro brasileiro colaborou significativamente na discussão de vários artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos,

promulgada ao final da III Assembleia Geral.² Recordando a atuação de Athayde, o artigo do Jornal do Brasil mencionava:

O Dr. Austregésilo de Athayde discorreu rapidamente sobre o direito de asilo nas principais civilizações, manifestando a adesão da Delegação brasileira no texto do projeto em suas linhas gerais [...] mostrando que o direito de asilo não só constituía uma prática dos Estados latino-americanos, como já se achava incorporada e assinada por países do Continente. Seu lugar próprio, talvez, seria na futura Convenção sobre direitos do homem (JORNAL DO BRASIL, 01/12/48, p. 9).

Considerações finais;

Com o final da Segunda Guerra Mundial e o estabelecimento da Organização das Nações Unidas (ONU), ambas em 1945, as relações internacionais dos países sofreram profundas alterações. Se, por um lado, a guerra fria restringia o alargamento da política externa de muitos países, por outro, as reuniões diplomáticas, as conferências e as assembleias-gerais do novo órgão internacional possibilitavam o surgimento de um novo espaço de diálogo e diplomacia entre as nações. Mesmo com as pressões contrapostas de Estados Unidos e Rússia, compreende-se que a ONU engendrou um espaço simbólico que viabilizava o debate diplomático, o confronto de ideias, a construção de estudos críticos e a oportunidade de se ouvir vozes dissonantes.

A III Assembleia Geral da ONU, realizada em Paris, no ano de 1948, divulgada excessivamente pelo Jornal do Brasil notabilizou-se pela discussão de temas importantes e complexos, como, por exemplo, a questão da Palestina (que envolvia propostas acerca de sua possível internacionalização), a admissão de novos membros na ONU, o problema dos refugiados ou, ainda, a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Com a cobertura do destacado órgão de imprensa, pôde-se notar que, além de enviar representantes para o evento, em algumas ocasiões a delegação brasileira participou ativamente de debates, defendendo posicionamentos, visões e contribuindo, na medida do possível, para o avanço das resoluções dos mais

² Lafer (2012, p. 255) recorda que Austregésilo de Athayde, “[...] na qualidade de orador escolhido por seus pares, ressaltou que a Declaração era o produto de uma cooperação intelectual e moral das nações”.

diversos assuntos, sem, contudo, propor nenhum tema específico à Assembleia. Seitenfus (2008, p. 41) recorda:

No alvorecer da Organização das Nações Unidas, o Brasil participou com diplomatas e militares, da Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs (UNSCOB) criada pela Resolução 109(II) da Assembleia Geral das Nações Unidas. Preocupados com a intervenção da Albânia, Bulgária e Iugoslávia na guerra civil grega, a UNSCOB encarregou-se do monitoramento fronteiro e da assistência aos refugiados.

O alinhamento político-ideológico do governo brasileiro aos Estados Unidos também foi sentido e demonstrado nos diversos debates e convenções da III Assembleia Geral da ONU, nos quais os delegados brasileiros se alinhavam geralmente às propostas estadunidenses e negavam as proposições russas. O confronto específico entre delegados brasileiros e russos ocorreu, por exemplo, nas discussões da comissão especial para os Bálcãs (UNSCOB) e nos debates sobre a redução de armamentos bélicos.

Por outro lado, notou-se um entrecruzamento dos interesses políticos e ideológicos do Jornal do Brasil e da delegação brasileira no evento da ONU. Era importante, para o periódico, noticiar a presença do Brasil na Assembleia Geral porque além de ser um grande acontecimento internacional, os representantes brasileiros defendiam e eram afiliados às tendências e posturas políticas e ideológicas expressas diariamente no Jornal do Brasil. Unia-se o útil e necessário ao agradável.

Por fim, compreende-se que, em geral, a delegação brasileira e o próprio Jornal do Brasil, de modo sincrônico, continuaram apostando numa velha fórmula da diplomacia brasileira, reforçando estereótipos ligados as dimensões territoriais e demográficas e na venda de uma imagem de Brasil enquanto país pujante, procurando alçar o Brasil à condição de grande nação da América do Sul, que se caracterizava por ser mediador diplomático, pacifista, equilibrado, respeitado e “nação do futuro”.

Referências;

A Delegação do Brasil não se propõe a apresentar nenhuma questão ante à Assembleia das Nações Unidas: Os Delegados brasileiros darão atenção a

numerosos problemas do temário e se esforçarão para sua solução satisfatória - Entrevista concedida pelo Chanceler Raul Fernandes. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 29 set. 1948. p. 7. Disponível em: 14 jun. 2015. <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19480929&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

A força moral do Brasil. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 29 set. 1948. Acesso em: 14 jun. 2015. p. 5. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19480929&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

Admissão de novos membros no seio das Nações Unidas: o Chile e a Venezuela uniram-se ao grupo dos que desejam uma reconsideração do Conselho de Segurança – O Brasil advogou a criação de um centro internacional para o ensino sobre administração pública. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 24 nov. 1948 p. 7. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19481124&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

Favorável o Brasil à admissão de Portugal e Itália na ONU – apoio às resoluções da Austrália e da Bélgica sobre a admissão de Portugal, Eire, Transjordânia, Itália e Finlândia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 25 nov. 1948. p. 9. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19481125&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 213-230.

LAFER, Celso. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). In: MAGNOLI, Demétrio. **Uma história da paz**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 247-274.

Novas propostas para solucionar a questão da palestina: o delegado do Brasil recomendou que a solução do problema fosse encontrada nos bons ofícios da Comissão Conciliadora. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 26 nov. 1948. p. 7. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19481126&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

SEITENFUS, Ricardo. De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de Paz. **O Brasil e a ONU**. 2008. p. 39-58.

SILVA, Alexandra de Mello e. Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. *Rev. bras. polít. int.* [online]. 1998, vol.41, n.2], pp. 139-158. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 jun. 2015.

III Assembléia Geral das Nações Unidas: Iniciada, no plenário da Assembleia, a discussão do relatório da Comissão Política sobre Redução de Armamentos – Como falou o Senador Bernardes Filho – Fala o Delegado brasileiro, Dr. Austregesilo de Athaíde, sobre o Direito de Asilo na Terceira Comissão – Debate sobre o problema migratório no Comitê Misto (2.º e 3.º Comitês). **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 dez. 1948. p. 9. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19481201&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 20 jun. 2015

III Assembléia das Nações Unidas: o caso grego – discurso do embaixador João Carlos Muniz – a atitude dos delegados soviéticos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 15 nov. 1948. p. 7. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19481115&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

III Assembleia Geral das Nações Unidas: Eleito o Brasil para o Comitê de Territórios Não-Autônomos – Aprovado por unanimidade, na 5ª Comissão, um projeto apresentado pelo Brasil e outras potencias. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 24 nov. 1948. p. 6. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19481124&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 14 jun. 2015.